

MICROCEFALIA E AS MACRO DIFICULDADES RUMO A UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo apresentar e discutir diversos trabalhos da literatura sobre inclusão, bem como as deficiências e limitações nessa área, observando com mais detalhes, casos de alunos com microcefalia. Para tal fim, foi realizada uma revisão de literatura através da análise de teses, dissertações e artigos disponíveis em vários bancos de dados. Ao longo do que foi discutido no trabalho, observamos uma necessidade urgente de ter professores e gestores mais especializados, principalmente no atual contexto que vivemos, onde devido ao surto do vírus Zika, em alguns anos teremos muitas crianças com microcefalia nas salas de aula, então, devemos nos preparar para recebê-las, já que além da redução do perímetro da cabeça, uma criança portadora de microcefalia pode também desenvolver retardo mental, paralisia cerebral, epilepsia e atraso no desenvolvimento. Observamos também que apenas criar leis e regulamentações para incluir essas crianças especiais não é o suficiente. É fundamental que haja o devido suporte para que isso ocorra. A parceria entre escola, comunidade e os pais também é essencial, pois ajudarão a escola a ser e permanecer inclusiva. A escola inclusiva é então aquela que possibilita não só o acesso, mas sim a permanência dos alunos, é aquela que revê seus conceitos e práticas que garantam os interesses de todos os envolvidos, é aquela que tem uma prática pautada no diálogo, como também apresenta currículos adequados a práticas pedagógicas que favorecem o ajustamento sócio-educacional dos alunos que apresentam necessidades especiais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Escola Inclusiva. Vírus Zika.

1 – INTRODUÇÃO

Atualmente, os trabalhos focando a inclusão das pessoas com deficiência é crescente. Tais pesquisas vem ocupando espaços sociais não observados em nenhuma outra época, muitas são as discussões sobre o tema e frequentemente, ouve-se falar cada vez mais sobre avanços tecnológicos e políticas públicas direcionadas a conquistas de direitos relacionados à inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência.

O presente estudo teve como objetivo apresentar e discutir diversos trabalhos da literatura sobre inclusão, bem como as deficiências e limitações nessa área, observando com mais detalhes, casos de alunos com microcefalia. Para tal fim, realizamos uma revisão de literatura através da análise de teses, dissertações e artigos disponíveis em vários bancos de dados, buscando destacar e discutir os trabalhos e pesquisas que poderiam contribuir com o tema em foco.

Atualmente, considerando as políticas e práticas educativas desenvolvidas em meio escolar, estas têm vindo no sentido da promoção da escola para todos, ou seja, uma escola inclusiva. Assim, considera-se que:

as escolas inclusivas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa

organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades (UNESCO,1994, p.12).

Mesmo diante de todo esse esforço em promover uma escola que seja para todos, onde todos tenham os seus direitos garantidos ainda é notável a carência dessas políticas e ações nas escolas para atender as crianças inclusas, pois as escolas nem sempre dispõem de um espaço adaptado para recebê-las, os currículos ainda precisam ser adaptados, e principalmente dispor de recursos pedagógicos para trabalhar com essas crianças, em muitos dos casos é lamentável que algumas escolas funcionam como depósito de crianças, onde todas são recebidas por que está garantido em lei, mas na realidade não estão fazendo parte do processo de inclusão.

A Declaração de Salamanca (1994, p.6) refere que:

o sucesso das escolas inclusivas que favorecem um ambiente propício à igualdade de oportunidades e à plena participação depende de um esforço concentrado, não só dos professores e de pessoal escolar, mas também dos alunos, pais e voluntários.

Mas, apesar de todo o direcionamento dos especialistas e interessados no contexto inerente a educação inclusiva, na busca por leis que garantam o acesso dos alunos com limitações a uma educação de qualidade, observa-se ainda uma realidade escolar diferente do que é almejado na literatura.

2 – MICROCEFALIA: FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS

Segundo o Tratado de Pediatria (WALDO, 1997), “a microcefalia é definida como um perímetro cefálico mais três desvios-padrão abaixo da média para a idade e sexo. Embora haja muitas causas de microcefalia, as anormalidades da migração neural durante o desenvolvimento fetal, como heterotopias de células neurais e desarranjos da citoarquitetura, são encontradas em muitos cérebros. A microcefalia subdivide-se em dois grupos principais: microcefalia primária (genética) e secundária (não-genética). Um diagnóstico preciso é importante para o aconselhamento genético e predição das gestações futuras.”

Assim, a microcefalia primária pode ser herdada através dos pais, também podendo se expressar através de outras síndromes, como a de Down. Já a microcefalia secundária, que pode se desenvolver no bebê ainda no útero ou nos dois primeiros anos de desenvolvimento da criança, devido ao contato com fontes externas causadoras dessa anomalia, como radiação, infecções congênitas como a Rubéola e Toxoplasmose, dentre outros fatores.

O vírus Zika recebeu esse nome devido ao local de origem de sua identificação em 1947, após sua detecção em macacos sentinelas para monitoramento da febre amarela, na floresta Zika, em Uganda. Mas infelizmente, é impossível conhecer o número real de infecções pelo vírus Zika, pois é uma doença em que cerca de 80% dos casos infectados não irão manifestar sinais ou sintomas da doença e grande parte dos doentes não irá procurar serviços de saúde, dificultando ainda mais o conhecimento da magnitude dessa doença (BRASIL, 2015).

Em nota a imprensa divulgada em novembro de 2015, o Ministério da Saúde considerou confirmada a relação entre o vírus Zika e a ocorrência de microcefalia, afirmando ser essa uma situação inédita na pesquisa científica mundial (BRASIL, 2015a). Esse fato está correlacionado com a circulação rápida do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor do vírus Zika. Com isso, as investigações sobre o tema devem continuar para esclarecer questões como a transmissão desse agente, a sua atuação no organismo humano, a infecção do feto e período de maior vulnerabilidade para a gestante. Pesquisas relacionando o vírus Zika e a microcefalia, utilizando abordagens em metagenômica e experimentos de infecções em ratos, comprovaram que o vírus tem a capacidade de cruzar a barreira da placenta materna e infectar o feto (CALVET et al., 2016; CUGOLA et al., 2016).

Adicionalmente as análises clínicas em casos de microcefalia, é essencial fazer um levantamento do histórico familiar de forma detalhada, no sentido de descobrir distúrbios que podem afetar o sistema nervoso, sendo crucial determinar com rigor o perímetro cefálico da criança à nascença e se registrado um perímetro cefálico muito abaixo, há então indícios que o processo possa ter começado no início do desenvolvimento embrionário ou fetal.

Como pôde ser observado, a principal característica física de uma criança portadora de microcefalia é a redução do perímetro da cabeça, porém não é só esse tamanho anormal que a mesma causa. A criança também poderá desenvolver outros acometimentos cerebrais, como o retardo mental, paralisia cerebral, epilepsia, atraso no desenvolvimento global, tudo isso dependendo da relação do prognóstico da criança (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2016), sendo que seu tratamento varia de acordo com a gravidade ou sequelas que a doença pode expressar.

3 – EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

3.1 Conceituação

Em seu trabalho, Mrech (1998) comenta que a chamada Educação Inclusiva teve início nos Estados Unidos através da Lei Pública 94.142, de 1975 e define a mesma como o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001, p.40), define escola inclusiva como:

o conceito de escola inclusiva implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto pedagógico – no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores – ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive para os educandos que apresentem necessidades especiais. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à

escola o suporte necessário a sua ação pedagógica.

Uma escola inclusiva, conforme Silva et al. (2004, p.52) é aquela que integra, tal como depende de vontades políticas, mas depende, também, da resposta adequada que a comunidade e a escola como subsistema da comunidade for capaz de dar.

Correia (2003, 2008) em seus trabalhos, afirma que a educação inclusiva se aplica a crianças e adolescentes com problemas sensoriais, físicos e de saúde, intelectuais e emocionais e, também, com dificuldades de aprendizagem específicas (fatores processo lógicos / de processamento de informação) derivadas de fatores orgânicos ou ambientais.

O termo Incluir significa “compreender; abranger; inserir; introduzir; fazer parte” (AURELIO, 2001). Nesse contexto, a escola inclusiva seria uma escola para todos. No livro de Reyli (2006, p. 22), a autora afirma que na escola inclusiva, os princípios de aprendizagem significativa, em ação e por mediação, valem tanto para os alunos com necessidades educativas especiais como para qualquer outro aluno.

Para nós, professores que estamos diariamente na sala de aula, enfrentando a realidade escolar bem de perto, poderíamos definir educação inclusiva como uma escola comum que recebe todos independente de suas diferenças, porém no Brasil a maioria dessas escolas ainda não estão preparadas para receberem e ensinarem os alunos com deficiência, devido a problemas de infraestrutura e formação profissional da equipe. Diante disso ainda é comum programas de apoio como sala de recursos multifuncionais, professores itinerantes que dão suporte as salas regulares, já que estes apresentam teoricamente mais conhecimento em educação especial.

Assim, há de se observar que o conceito de educação inclusiva não é estático, mas vem sim se modificando com o tempo, sempre acompanhando de perto a realidade da escola e da comunidade onde esta segue inserida.

3.2 Legislação

A Constituição Federal em 1988 garante direito dos portadores de deficiência à educação, preferencialmente na rede regular de ensino e a garantia do atendimento educacional especializado (Artigo 201, Inciso III da CF/88). A Constituição ainda ressalta no seu Artigo 206, inciso I, a “igualdade de condições para acesso e permanência na escola”, ou seja, o ensino deve ser aplicado a todos sem qualquer tipo de discriminação (BRASIL, 1988).

Ao tratar da educação especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1996), no artigo 59, assegura:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados

para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990, de 13 de julho de 1990), em seu Capítulo IV – sobre o Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, afirma através do Art. 54, que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Assim, observa-se que as leis previstas no ordenamento jurídico brasileiro determinam que o Estado tem o dever de garantir aos deficientes a proteção dos direitos fundamentais, por meio de ações públicas, que permitem um melhor atendimento as crianças portadoras de algum tipo de deficiência, como a microcefalia. Ressalta-se ainda que a sociedade e a família também têm papel fundamental no desenvolvimento desta criança (DIAS e VERONEZ, 2017).

3.3 Caracterização

A educação inclusiva vai muito além do que colocar diversos alunos, de diferentes características, com limitações físicas e/ou psicológicas dentro de uma sala de aula. Isso na verdade não é uma educação inclusiva, e sim um lugar onde se recebem crianças portadoras de necessidades especiais pelo fato de estar garantido em lei, mas que na verdade não representa uma integração destas, e sim, a simples inclusão no processo. Além de estarem incluídas simplesmente, é necessário que as mesmas façam parte na íntegra de todos os direitos que lhes são garantidos.

De acordo com o trabalho de Mrech (1998, p.2), as principais características de um escola inclusiva são:

1. Um direcionamento para a Comunidade - Na escola inclusiva o processo educativo é entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. O alvo a ser alcançado é a integração da criança portadora de deficiência na comunidade.

2. Vanguarda - Uma escola inclusiva é uma escola líder em relação às demais. Ela se apresenta como a vanguarda do processo educacional. O seu objetivo maior é fazer com que a escola atue através de todos os seus escalões para possibilitar a integração das crianças que dela fazem parte.
3. Altos Padrões - há em relação às escolas inclusivas altas expectativas de desempenho por parte de todas as crianças envolvidas. O objetivo é fazer com que as crianças atinjam o seu potencial máximo. O processo deverá ser dosado às necessidades de cada criança.
4. Colaboração e cooperação - há um privilegiamento das relações sociais entre todos os participantes da escola, tendo em vista a criação de uma rede de auto-ajuda.
5. Mudando papéis e responsabilidades - A escola inclusiva muda os papéis tradicionais dos professores e da equipe técnica da escola. Os professores tornam-se mais próximos dos alunos, na captação das suas maiores dificuldades. O suporte aos professores da classe comum é essencial, para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem.
6. Estabelecimento de uma infraestrutura de serviços - gradativamente a escola inclusiva irá criando uma rede de suporte para superação das suas maiores dificuldades. A escola inclusiva é uma escola integrada à sua comunidade.
7. Parceria com os pais - os pais são os parceiros essenciais no processo de inclusão da criança na escola.
8. Ambientes educacionais flexíveis - os ambientes educacionais tem que visar o processo de ensino-aprendizagem do aluno.
9. Estratégias baseadas em pesquisas - as modificações na escola deverão ser introduzidas a partir das discussões com a equipe técnica, os alunos, pais e professores.
10. Estabelecimento de novas formas de avaliação - os critérios de avaliação antigos deverão ser mudados para atender às necessidades dos alunos portadores de deficiência.
11. Acesso - o acesso físico à escola deverá ser facilitado aos indivíduos portadores de deficiência.

12. Continuidade no desenvolvimento profissional da equipe técnica - os participantes da escola inclusiva deverão procurar dar continuidade aos seus estudos, aprofundando-os.

Assim, como podemos observar, procura-se uma relação próxima com todos os envolvidos no processo educacional, que vai muito além da sala de aula, a fim de que estes possam cooperar de forma significativa no desenvolvimento da escola e também da própria comunidade. A parceria com os pais também se mostra fundamental na educação especial e inclusiva, já que estes convivem diariamente com as limitações das crianças e sabem bem como é a sua realidade, conhecedores disso, podem auxiliar a escola, por exemplo, na tomada de decisões e na busca por melhorias e adaptações na escola. Adaptações mais simples, muitas vezes são feitas com o auxílio da comunidade, outras são improvisadas, já que há limitações de recursos. Porém adaptações mais complexas precisam de auxílio federal, estadual e municipais.

IV – REFERENCIAL TEÓRICO DE PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA ABORDANDO MICROCEFALIA.

No presente tópico, fazemos o relato de alguns trabalhos em diferentes realidades escolares, mostrando como infelizmente a prática no dia a dia da escola é muitas vezes diferente do que é almejado na teoria, mas que apesar disso, as escolas tentam dar o seu melhor, buscando sempre o máximo do desenvolvimento do aluno especial, usando o que lhes é disponível no momento, como também buscando apoio na própria família pois conforme Torres e Tapia (2016), há em nossas escolas, a real existência de “uma proposta inclusiva que atenda as necessidades dos alunos, sendo preciso acima de tudo, vontade política, estrutura física adequada, qualificação dos educadores, além da educação permanente e, principalmente, a compreensão da inclusão para todos.

Dantas (2012) realizou um estudo de caso onde foi feito o acompanhamento escolar de uma aluna diagnosticada com microcefalia, deficiência intelectual e síndrome de Angelman. A autora também buscava elaborar um plano de Atendimento Educacional Especial (AEE), visando a inserção e socialização da educanda com deficiência intelectual em uma escola regular, a qual ainda encontravam-se professores sem muita qualificação e um ambiente ainda não totalmente adequado para atender as necessidades de educandos com deficiências.

Fatos como esses são comuns na realidade de nossas escolas, pois assim como os fatores que a autora acima observou, como falta de educadores qualificados e ambientes inadequados, existem também o problema relacionado a saúde dessas crianças, que acaba fazendo com que elas falem muito nas aulas regulares, pois ficam muito tempo em tratamento fora do domicílio, pude observar tal fato de perto em uma escola que trabalhei como gestora.

Ao concluir o trabalho, a autora supracitada percebeu que a inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino ainda é fator preocupante, pois, mesmo com as leis que estão aí para serem cumpridas, ainda há muito o que se fazer, tanto em questões de recursos humanos quanto materiais e infra-estruturais. Nesse sentido, para que a inclusão aconteça e atenda as necessidades dos alunos é preciso acima de tudo vontade política, estrutura física adequada, professores mais qualificados em sua

formação inicial, continuada e principalmente que compreendam a inclusão de todos e não de alguns.

Sant'Ana (2005) investigou as concepções de 10 professores e seis diretores de escolas públicas do Ensino Fundamental de uma cidade do interior paulista, sobre a inclusão escolar. Nesse estudo, docentes e diretores parecem crer que a educação inclusiva é uma proposta viável, mas que, para ser efetivada, necessita de profundas transformações na política e no sistema de ensino vigente. Os resultados mostraram que os professores estão cientes de não estarem preparados para a inclusão, não aprenderam as práticas educacionais essenciais à promoção da inclusão e precisariam do apoio de especialistas. Os participantes reconheceram a importância de uma educação democrática, que atenda à totalidade dos educandos; no entanto, apontaram que os órgãos administrativos competentes devem tomar as providências necessárias, incluindo a participação ativa de educadores, dos pais e da sociedade para proporcionar aos indivíduos com deficiências um ensino adequado às suas necessidades específicas.

Diante disso, percebemos uma necessidade muito mais urgente, no quesito de ter professores e gestores mais e continuamente especializados, principalmente no atual contexto que vivemos, devido ao surto do vírus Zika, uma vez que em cerca de 3 anos teremos muitas dessas crianças, cada uma com suas características inerentes da complexidade da doença, nas salas de aula regulares, assim, agora mais do que em nenhum outro momento, devemos nos preparar para recebê-las.

Costa e Estigarribia (2017, p.9) em um trabalho sobre dificuldades e desafios enfrentados por professores no processo de inclusão, entrevistou vários professores e obteve de um destes a seguinte resposta, quando perguntado se o curso de graduação deve preparar o professor para trabalhar com alunos com múltiplas deficiências, incluindo altas habilidades:

“A gente vai ter uma grande demanda agora, porque essas crianças que foram portadoras de microcefalia, elas desenvolvem limitações de vários aspectos, alguns uma limitação motora, outros tem alguma limitação cognitiva, outros vão ter uma evolução do quadro, mas mesmo assim ainda vão ter outras limitações que a gente vai tem que tá preparado para tratar dessas crianças em sala, porque muito foi dito falado acerca da questão da Saúde física e até mental dessas crianças, mas o aspecto educacional pelo menos, tudo que eu acompanhei eu não vi ser dado nenhum enfoque pra isso. [...]com o avanço da ciência, muitas vão ter uma boa expectativa de vida, [...]e como é que a escola, como é que o estado vai se portar diante de tudo isso? A gente vai precisar recepcionar essas crianças, então era justamente o tempo que nós tínhamos agora de já está tendo medidas, políticas públicas e dentre elas políticas educacionais para que a gente estivesse se preparando. Se armando se apoderando mesmo, para está sabendo como

tratar e receber essas crianças. [...] Então eu acredito que no curso de graduação deveria ocorrer alguma alteração curricular que pudesse inserir disciplinas ligadas a questão da inclusão porque por muito tempo, os temas ligados a inclusão eram temas tratados de forma superficial, e continuam sendo tratadas da mesma forma, sendo que ultimamente está cada vez mais real e principalmente pelo avanço da ciência que consegue oferecer uma qualidade de vida e conseqüentemente uma expectativa de vida maior para essas pessoas. Mas por outro lado, a gente não consegue inseri-las de fato socialmente”.

A resposta dessa educadora mostra que o mais preocupante não são as limitações que essas crianças apresentam, mesmo sendo necessário se preparar para saber lidar com isso, mas sim, que medidas e políticas públicas e educacionais a escola e/ou Estado vão estar tomando para tratar e receber essas crianças em salas regulares de ensino, reforçando a ideia de que seria interessante uma alteração curricular nos cursos de graduação, especialmente nas licenciaturas, inserindo disciplinas relacionadas a questão da inclusão, embora ainda que de forma teórica, mas que já pode ir preparando os alunos com a realidade escolar, no intuito de tentar inserir de fato essas crianças no meio social.

Tada (2005) relata que em algumas situações, há descaso com as informações a respeito do diagnóstico da deficiência, tomando o senso comum e a observação leiga como dados suficientes. Nesse caso, o referido autor, ao conversar com gestores de uma escola particular de Porto Velho/RO, sobre a matrícula de alunos com deficiência, foi informado que “tem aquele problema na cabeça, sabe qual é né? É cabeça pequena!” referindo-se a um aluno com microcefalia. A falta de informação sobre o diagnóstico da deficiência contribui para práticas pedagógicas inadequadas, tarefas descontextualizadas e diferentes de seus pares, que colaboram para o isolamento do aluno na sala de aula.

Podemos também relacionar dois problemas que acompanham a realidade na escola pública: de um lado existe uma grande demanda de crianças que necessitam de uma avaliação por parte de um profissional da área; do outro lado, uma grande carência do profissional da área em avaliar essas crianças, assim o diagnóstico acaba vindo de forma tardia, fazendo com que prevaleça o senso comum e a observação leiga e conseqüentemente, o professor em sala de aula sem ter uma qualificação adequada e acreditando estar tendo uma postura correta, acaba aplicando tarefas descontextualizadas e tendo práticas pedagógicas inadequadas.

Teixeira et al. (2016), abordando a educação especial na rede pública de educação, observaram relatos de professoras que demonstraram dificuldades em lidar com a presença do aluno com deficiência. As reações observadas nos professores foram das mais diversas, destacando-se a falta de atenção quanto à necessidade de adaptação de atividades, recursos e meios, o que acarreta a exclusão dos alunos com deficiência de algumas atividades desenvolvidas em sala. Ainda no mesmo trabalho, em relação ao posicionamento dos docentes acerca de questões relativas à inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares, o estudo apontou que: a maioria dos professores acredita na possibilidade da inclusão; há necessidade de diagnósticos que atestam

capacidade/incapacidade dos alunos com deficiência, reforçando as antigas práticas de associação entre educação e saúde, combatidos pelas políticas atuais; há crenças de que a escola deva ser um espaço unicamente para a convivência e socialização e não para a aprendizagem; há necessidade de condições adequadas para que a inclusão ocorra, perfazendo a ideia de integração, ou seja, “estar preparado para”; perdura, ainda que em pequena parcela dos professores, crenças contrárias ao movimento de inclusão escolar, acreditando que a escola regular de ensino não se caracteriza como um espaço para pessoas com deficiência; há, também, presença de sentimentos de piedade, reforçando o estigma de inferioridade dos alunos com deficiência.

Silveira e Neves (2006) procuraram identificar as concepções de pais e dos professores de crianças com deficiência múltipla sobre a inclusão escolar e social dessas crianças. Os pais e professores acreditam não ser possível a inclusão escolar dessas crianças, por conceberem o desenvolvimento delas como inexistente e por considerarem a escolar de ensino regular despreparada para recebe-las.

Sá (2013) realizou um estudo de caso com uma criança com diagnóstico de microcefalia. Foram utilizados os princípios da intervenção precoce. A autora afirma que o percurso é árduo, porque implica muito conhecimento e investimento a nível de investigação e encontrar estratégias de ação ajustadas às necessidades da criança e da família, bem como ao seu perfil de funcionalidade. O respeito pelas escolhas e preocupações da família, a parceria nas tomadas de decisão e na ajustabilidade e adequabilidade dos processos a implementar e procedimentos a seguir, é que torna possível a cada criança, de risco estabelecido (que apresenta caso de microcefalia, ou outras problemáticas e patologias), criar uma identidade própria, onde o seu nome é referido à pessoa que se tornaram, enquanto cidadãos de direitos e deveres.

Os resultados do trabalho de D’Andrea (2006), que teve a participação de 30 mães de alunos com deficiência matriculados no ensino fundamental de escolas públicas municipais de São Paulo, mostraram que a inclusão escolar recebeu uma avaliação negativa por 50% das mães, que a justificam referindo-se à aprendizagem ruim, despreparo do professor, preconceito dos colegas e não adaptação do filho à escola; positiva por 33,3% que referem aprendizagem boa, melhora no convívio social e boa aceitação por colegas e professores e positiva/negativa por 17% que destacam que houve desenvolvimento social do filho após inclusão porém que aprendizagem deste é ruim ou que a inclusão foi difícil e humilhante para elas. Para ensinar alunos com deficiência, 60% das mães consideram necessário curso especializado para o professor. Por tanto, os dados do trabalho da autora, revelam que ainda é precisa que se faça muito para que seja garantida uma inclusão escolar que de fato atendam as necessidades das crianças especiais.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar numa inclusão escolar vai muito mais além de belos discursos e teoria, é necessário que haja políticas públicas e educacionais onde todos estejam voltados para o mesmo propósito, o de assegurar na sua totalidade os direitos de aprendizagens dessas crianças. Talvez se os envolvidos em desenvolver leis, regulamentações, e políticas sobre educação inclusiva saíssem um pouco da sua nossa zona de conforto e não apenas lessem sobre a teoria dessas doenças e limitações, mas sim estivessem de perto, no dia a dia das escolas e das comunidades que tem crianças com algum tipo de limitação, estes então estariam mais contextualizados da realidade e estariam mais próximos de entender o que realmente é preciso para melhorar a vida dessas crianças como um todo, talvez assim o que é teórico seria mais prático.

Concordamos plenamente quando Costa e Estigarribia (2017) afirmam que não basta apenas criar e aprovar uma lei que garanta matrículas em escolas públicas para crianças portadoras de necessidades especiais. É fundamental que haja o devido suporte para que isso ocorra. Pois só assim, se cria uma consciência social de compromisso com todos os envolvidos no sentido de eliminar todos os bloqueios atitudinais, físicos e financeiros vividos pelos portadores de necessidades especiais no processo de inclusão, sem a transferência desumana de responsabilidades que ocorre nas diversas áreas em nosso país.

No contexto da uma criança com Microcefalia, assim como várias outras doenças psicomotoras, esta doença pode acarretar diversos tipos de deficiência, mas isso não impede que a criança tenha o acesso à educação. Mesmo que estas apresentem um desenvolvimento reduzido, é de grande importância que elas ingressem na escola, pois é na escola que elas poderão ter um melhor desenvolvimento e se socializar com outras crianças.

Uma escola inclusiva é aquela que possibilita não só o acesso, mas sim a permanência de todos os que ali chegam, é aquela que revê seus conceitos e práticas que garantam os interesses de todos os envolvidos, é aquela que tem uma prática pautada no diálogo e na interação entre os sujeitos que constituem o espaço escolar, como também apresenta currículos adequados a práticas pedagógicas flexíveis que favorece o ajustamento sócio-educacional dos alunos que apresentam necessidades especiais. Acredita-se que dessa forma teremos uma escola onde o aluno incluso faça parte de fato do processo educacional que tanto almejamos.

VI - REFERÊNCIAS

AURÉLIO. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001. 380p. Verbete.

BRASIL. (2015). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia. – Brasília: Ministério da Saúde. 55p. : il.

_____. Ministério da Saúde. (2015a). NOTA À IMPRENSA. Ministério da Saúde confirma relação entre vírus Zika e microcefalia. Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/21014-ministerio-da-saude-confirma-relacao-entre-virus-zika-e-microcefalia>. Acesso dia 30.08.2017.

_____. Ministério da Educação. (2001). Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal no 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

CALVET, G.; AGUIAR, R.S.; MELO, A.S.; SAMPAIO, S.A.; FILLIPIS, I.; FABRI, A. (2016). et al. Detection and sequencing of Zika virus from amniotic fluid of fetuses with microcephaly in Brazil: a case study. *The Lancet Infectious Diseases*, v. 16, p. 653-660.

CORREIA, L. M. *Inclusão e necessidades educativas especiais*. Porto: Porto Editora, 2003.

CORREIA, L. M. *Inclusão e necessidades educativas especiais* (2. ed.). Porto: Porto Editora, 2008.

COSTA, E.R.; ESTIGARRIBIA, M.I.C. *Formação Docente: Dificuldades e Desafios no Processo de Inclusão*. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional. Anais. 2017. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/4844>.

CUGOLA, F.R.; FERNANDES, I.R.; RUSSO, F.B.; FREITAS, B.C.; DIAS, J.L.M. GUIMARÃES, K.P. (2016). et al. The Brazilian Zika vírus strain causes birth defects in experimental models. *Nature*, doi:10.1038/nature18296.

D' ANDREA, A. *A Inclusão Escolar: avaliação de mães de alunos com deficiência sobre a participação de seus filhos neste processo*. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP – Departamento de Psicologia e Educação. Ribeirão Preto, 96 p. 2006.

DANTAS, E.B. *O Processo de Inclusão Escolar Estudo de Caso de uma Aluna com Deficiência Intelectual e Síndrome de Angelman*. Disponível em <<http://ae-inclusao.blogspot.com.br/2012/01/artigo-o-processo-de-inclusao-escolar.html>> Acesso em 10 ago. 2017.

DIAS, D.S.; VERONEZ, M.H.G. (2017). *Direito a Saúde e a Educação das Crianças Microcéfalas*. *Unisantia Law and Social Science* – P. 145 – 162; VOL. 6, No 2.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Que deficiências a criança que nasce com microcefalia pode ter?* 27/01/2016. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pt-br/que-defici%C3%A2ncias-a-crian%C3%A7a-que-nasce-com-microcefalia-pode-ter>> Acesso em: 25 jan. 2017.

MRECH, L. M. (1998). *O que é educação inclusiva?* *Integração*, 10(20), 37-40).

REYLI, L. *Escola inclusiva: linguagem e mediação*. 2. ed. 2006. Papyrus Editora. 195p.

SÁ, L.M.S.M.P. *Intervenção Precoce e Microcefalia, Estratégias de Intervenção Eficazes*. Dissertação de Mestrado. Ciências da Educação na Especialidade de Educação Especial no Domínio Cognitivo-Motor. 182p. Lisboa, julho de 2013.

SANT'ANA, I. M. *Educação inclusiva: concepções de professores e diretores*. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 227-234. 2005. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722005000200009>.

SILVA, A. L., DUARTE, A. M., SÁ, I., SIMÃO, A. M. (2004). Aprendizagem autoregulada pelo estudante. Porto: Porto Editora.

SILVEIRA, F. F.; NEVES, M. M. B. J. Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepções de pais e professores. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(1), 79-86. 2006. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722006000100010>.

TADA, I. N. C. Dialogando com Amanda: contribuições da teoria histórico-cultural na compreensão de uma jovem com síndrome de Down. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

TEIXEIRA, R., FERNANDES, S., BERNARDES, G. A educação especial na rede pública de educação em uma cidade do centro-oeste brasileiro. *Revista Lusófona de Educação* 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=34949131013>>

TORRES, V.; TAPIA, L. Escola Inclusiva: o aluno com microcefalia, o que a Escola pode fazer? 2016. Disponível em: <<http://www.crechesegura.com.br/escola-inclusiva--o-aluno-com-microcefalia>>. Acesso em: 22 set. 2016.

UNESCO. (1994). Declaração de salamanca. Lisboa: IIE.

WALDO, E. N., et al (1997). Tratado de Pediatria. Editora Guanabara Koogan: Brasil. Vol.2, 15a edição